



Processo Licitatório n.º 032/2011 – Carta Convite

O **CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PARANÁ - CRCPR**, através de sua Comissão Permanente de Licitação, comunica que, de acordo com o que dispõe a Lei n.º 8.666/93 e Resolução CFC nº 843/99, publicada no D.O.U, no dia 12-04-99, seção I, pág. 46, com as alterações da Resolução CFC nº 1.033/05, publicada no D.O.U, no dia 08-09-05, seção I, pág. 183, fará realizar Procedimento de Contratação na modalidade **CARTA-CONVITE**, tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, conforme especificações e condições estabelecidas neste edital.

2 - PRELIMINAR

O CRCPR receberá as propostas, conforme a seguir:

ABERTURA:

Dia: 16 de agosto de 2011

Horário: 09 horas

LOCAL: CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PARANÁ
RUA XV DE NOVEMBRO, 2987 – ALTO DA XV (5º ANDAR)
80050-000 – CURITIBA-PR

3 - OBJETO

Este Convite tem por objeto a contratação de empresa especializada na confecção de uniformes profissionais destinados aos colaboradores do CRCPR e aquisição de carta de crédito para utilização se necessário no decorrer do exercício 2011, conforme características e especificações constantes no Anexo I, do processo licitatório em epígrafe.

4 - CONDIÇÕES PARA A EXECUÇÃO, ESPECIFICAÇÕES E NORMAS TÉCNICAS.

Na execução dos serviços objeto do presente Edital, deverão ser observadas, de modo geral, as especificações pertinentes ao objeto deste certame, devendo os serviços ser executados rigorosamente em conformidade com as instruções e recomendações contidas neste edital.

5 - FONTES DOS RECURSOS/ DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste certame são próprias do CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PARANÁ, previstas no orçamento para o exercício de 2011.

6 - SUPORTE LEGAL

6.1 - O presente certame reger-se-á em observância à Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

6.2 - Este Convite foi regularmente autorizado pelo Presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Paraná, conforme consta do termo de referência do certame em epígrafe.

7 - TIPO DE PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO E VALOR MÁXIMO

7.1. O presente certame obedecerá ao tipo “menor preço global” conforme dispõe o art. 45, parágrafo 1º, inciso I, da Lei no 8.666, de 21.06.93, e suas alterações posteriores.

7.2. O valor máximo para contratação estipulado, conforme apurado pelo valor médio de mercado obtido, é de **R\$ 45.511,30 (quarenta e cinco mil, quinhentos e onze reais e trinta centavos)**.



CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NO CERTAME

8 – DA PARTICIPAÇÃO

8.1 - Poderá participar do presente procedimento de contratação toda e qualquer empresa que satisfaça às condições estabelecidas neste edital e em seus anexos.

8.2 - Não será levada em consideração proposta de preços apresentada por consórcio de empresas.

8.3 - Estarão impedidos de participar, direta ou indiretamente deste procedimento de contratação:

I - As empresas entre cujos dirigentes, gerentes, sócios e responsáveis técnicos, haja alguém que seja Conselheiro, empregados do Sistema CFC/CRCs e qualquer pessoa que com eles mantenham vínculo empregatício ou de sociedade.

II - As pessoas abrangidas nos incisos do art. 9º da Lei n.º 8.666/93.

III - As empresas consideradas inidôneas por Órgão do Sistema CFC/CRC, Órgão ou entidade da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal.

8.4 - A participação no procedimento de contratação implica, automaticamente, a aceitação integral e irrevogável dos termos e conteúdos deste edital e de seus anexos, regulamento(s), instruções e normas aplicáveis.

9 – DA REPRESENTAÇÃO

9.1 - Cada empresa apresentar-se-á com apenas um representante legal que, devidamente munido de credencial, será o único admitido a intervir nas fases do procedimento de contratação respondendo por sua representada, devendo, ainda, no ato da entrega dos envelopes, identificar-se, exibindo a Carteira de Identidade ou documento equivalente.

9.2 - Por credencial entende-se:

- a)** habilitação do representante, mediante procuração com firma reconhecida;
- b)** documento comprobatório de capacidade para representar a empresa no caso de ser titular da mesma.

9.3 - A não apresentação ou a incorreção do documento de credenciamento não desqualificará a empresa, mas impedirá o seu representante de se manifestar durante a reunião de abertura dos envelopes.

9.4 - O documento que credencia o representante deverá ser entregue separadamente dos envelopes "PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO".

10 – ESCLARECIMENTOS E ADITAMENTOS

10.1 - Esclarecimentos de dúvidas sobre este Convite deverão ser solicitados, por escrito, à Comissão Permanente de Licitação, no 5º andar do Ed. Sede do CRCPR – Telefone (41) 3360-4768, no horário das 09h às 12h e das 14h às 17 horas;

10.2 - O CRCPR responderá as questões formuladas, em até 02 (dois) dias antes da data marcada para o recebimento das propostas.

10.3 - Deficiências no atendimento aos requisitos para apresentação das Propostas de Preços e Documentação correrão por conta e risco da empresa participante. Propostas que não atenderem aos



requisitos dos documentos integrantes do edital e seu(s) anexo(s) implicarão na inabilitação ou desclassificação da empresa.

10.4 - O CRCPR poderá inserir, a seu critério, aditamentos, modificações ou revisões, no presente ato convocatório, até 01 (um) dia antes da data marcada para a entrega das propostas, os quais serão encaminhados, através de carta, fax ou telegrama circular, a todas as interessadas que tenham adquirido o edital.

10.5 - Qualquer retificação ou modificação no edital exigirá reabertura do prazo inicialmente estabelecido, salvo quando a alteração de maneira clara não afetar a elaboração da proposta ou a juntada dos documentos de habilitação.

10.6 - O Conselho Regional de Contabilidade poderá cancelar o edital ou revogar qualquer procedimento de contratação, mesmo após a adjudicação da obra ou do serviço, desde que, justificadamente, passe a ser inconveniente ou inoportuna para o momento, fato que não ensejará quaisquer direitos de indenização aos participantes.

11 - PRAZOS

11.1 - O contrato de fornecimento, objeto deste Convite, terá a duração máxima de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

11.2 - A contratada dará início aos serviços após a assinatura do contrato, cujos prazos para conclusão estão delineados no Anexo I do presente edital.

12 - PREÇOS

12.1 - A empresa vencedora ficará obrigada a prestar os serviços pelos preços oferecidos, que são fixos e irrevogáveis, salvo quando expressamente ressalvado por este edital.

12.1.1 - Todos os materiais, equipamentos e serviços necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado são de responsabilidade da empresa vencedora, devendo fazer parte do preço proposto.

PREPARAÇÃO E FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO E DAS PROPOSTAS DE PREÇOS.

13 - DA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA

13.1 - Os documentos e propostas deverão:

- ser assinados pelo representante legal da empresa;
- ser apresentados sem emendas, rasuras ou entrelinhas;
- ser entregues em 02 (dois) envelopes fechados no endereço indicado no item 02, com as seguintes inscrições:

ENVELOPE - 1 (PROPOSTA DE PREÇOS)

À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PARANÁ

PROPOSTA DE PREÇOS – Processo Licitatório n.º 032/2011 - Convite

ENVELOPE - 2 (DOCUMENTAÇÃO)

À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PARANÁ

DOCUMENTAÇÃO – Processo Licitatório n.º 032/2011 – Convite

d) os envelopes poderão ser entregues pessoalmente ou via postal, contudo a Comissão de Licitação não se responsabilizará por envelopes que não sejam entregues pessoalmente.



13.2 - Admitir-se-á a remessa dos envelopes "documentação" e "proposta" por via postal ou qualquer outro recurso de entrega, endereçados à Comissão Permanente de Licitação, no endereço do Conselho Regional de Contabilidade do Paraná, desde que entregues até o dia e hora indicados no preâmbulo deste edital, remetidos os dois envelopes dentro de um único invólucro.

13.3 - O Conselho Regional de Contabilidade do Paraná não se responsabilizará e nenhum efeito produzirá para a licitante se a documentação e a proposta encaminhadas por via postal ou qualquer outro sistema de entrega não forem entregues em tempo hábil à CPL.

13.4 - Os documentos para habilitação deverão ser apresentados em língua portuguesa, em original ou por qualquer processo de cópia, autenticados por cartório competente ou por funcionário do CRCPR, e de preferência ordenados e numerados sequencialmente de forma a não permitir folhas soltas.

13.5 - A proposta de preços deverá ser apresentada perfeitamente legível, em papel timbrado da empresa participante, disposta a não conterem folhas soltas, devendo ser datilografada ou digitadas, sem rasuras, emendas ou entrelinhas, devidamente datada e assinada.

13.6 - Não serão aceitos e considerados proposta de preços apresentados por telegrama, fac-símile (FAX) ou e-mail.

14 – PROPOSTA DE PREÇOS (ENVELOPE Nº 1)

14.1 A proposta deverá preencher os seguintes requisitos:

a) ser digitada em papel timbrado da empresa, escrita em português, sem borrões, emendas, rasuras ou entrelinhas não ressalvadas, datada e assinada na última folha e rubricada nas demais, acondicionada em envelope lacrado de nº 01;

b) conter a descrição das peças de roupas e a marca dos materiais (tecidos) e **demais especificações a serem empregadas na execução do presente objeto, em plena observância às especificações do Anexo I do Edital;**

c) ter prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data da abertura dos envelopes de propostas de preços;

d) indicação clara, detalhada e objetiva do custo efetivo para a realização de cada objeto do presente certame.

e) entende-se, desde logo, que o valor proposto deve ser em reais (R\$) e que abrange eventuais descontos e/ou vantagens adicionais, assim como todas as despesas relativas ao objeto da presente licitação, inclusive impostos federais, estaduais e/ou municipais porventura incidentes, seguros, taxas e/ou emolumentos, mão-de-obra, materiais, equipamentos e ferramentas, ficando desde já excluída qualquer solidariedade da entidade promotora por eventuais inadimplementos e/ou autuações da licitante vencedora.

f) histórico e currículo da empresa, contendo indicação da estrutura, órgãos e empresas já atendidos.

g) apresentação do cronograma de serviços e o prazo final de conclusão.

h) Para fins de julgamento, será considerado o "Valor Global da Proposta"

15 – DA HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº 2)

15.1 -A documentação exigida para a habilitação dos interessados no presente certame é a seguinte:

a) Declaração, assinada por quem de direito, de inexistência de fato superveniente à emissão das certidões apresentadas, impeditivo da habilitação no presente certame licitatório, conforme modelo constante do **Anexo III** deste Edital;



b) Declaração, assinada por quem de direito, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, conforme modelo constante do **Anexo III** deste Edital;

c) Atestado de capacidade técnica fornecido por pessoas jurídica de direito público ou privado, que comprove já lhe ter prestado serviços semelhantes aos constantes do objeto desta licitação, no qual se relacionem os serviços prestados, informando, sempre que possível, valores e demais dados técnicos, bem como se foram cumpridos os prazos estabelecidos e o grau de satisfação;

d) Comprovação de poderes de representação sob uma das formas discriminadas abaixo em que a licitante se enquadre:

I - quando a licitante for constituída sob a forma de sociedade e sua representação estiver sendo exercida diretamente por órgão integrante da estrutura organizacional da pessoa jurídica (Diretor, Gerente, etc.): documentos que comprovem a existência de poderes de representação do titular do cargo (atos constitutivos da pessoa jurídica – Estatutos Sociais ou Contrato Social devidamente registrados), acompanhados de documentos que comprovem a eleição do credenciado para o dito cargo (Ata de Assembléia – Geral e, quando for o caso, também, Ata do Conselho de Administração, em que tenha(m) ocorrido a(s) eleição(ões) a serem comprovada(s);

II - quando a licitante for constituída sob a forma de sociedade e sua representação estiver sendo exercida de forma indireta, por procurador constituído: procuração, na qual sejam outorgados poderes suficientes para representação em licitação;

III - quando a licitante for constituída sob a forma de firma individual e sua representação estiver sendo exercida diretamente pelo titular da firma individual: declaração de firma individual devidamente registrada;

IV - quando a licitante for constituída sob a forma de firma individual e sua representação estiver sendo exercida, de forma indireta, por procurador constituído: o mesmo documento referido na alínea "c", acompanhado da procuração na qual sejam outorgados poderes suficientes para representação em licitação;

d.1) nas hipóteses em que o representante da licitante for procurador e sua constituição tiver sido formalizada por meio de instrumento particular de procuração, a firma do outorgante deverá estar reconhecida por tabelião;

d.2) no caso de cópias destes documentos, as mesmas deverão ser autenticadas por cartório, ou pela CPL à vista do original.

e) Declaração de enquadramento no art. 3º da LC n.º 123/2006, se for, no caso, empresa optante pelo **SIMPLES NACIONAL**, conforme modelo do **Anexo IV** deste edital.

f) Certidão Simplificada de Constituição e Alterações, emitida pela Junta Comercial, com data de emissão não superior a 60 dias.

g) Certidão Negativa de Débitos junto ao INSS – CND.

h) Certidão de Regularidade do FGTS.

i) Certidão Negativa de Débitos junto a Receita Federal e Dívida Ativa da União.

j) Certidão Negativa de Débitos junto a Receita Estadual.

k) Certidão Negativa de Débitos junto ao Fisco Municipal.

l) Certidão negativa de falências e concordatas emitida pelo(s) Cartório(s) Distribuidor(es) da sede da licitante e em nome desta, em se tratando de licitante pessoa jurídica, com data de emissão não superior a 60 dias.

m) Carta da empresa proponente assinada por Diretor(es), ou pessoa legalmente habilitada, **claramente afirmando**:



m.1) estar ciente das condições do presente certame, que assume responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados e que fornecerá quaisquer informações complementares solicitadas pelo CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PARANÁ;

m.2) que executará o serviço e entregará o material de acordo com as especificações fornecidas pelo CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PARANÁ, e que tomará todas as medidas para assegurar um controle de qualidade adequado.

n) Amostra (30cm) dos tecidos em que serão produzidos os uniformes, com declaração da empresa ou seu representante quanto à sua composição, marca, cor, qualidade, em conformidade com as descrições do edital.

ABERTURA E CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

16 – DO RECEBIMENTO

16.1 - No dia, hora e local designado neste Edital, a Comissão Permanente de Licitação receberá os envelopes lacrados contendo os documentos relativos à proposta e à habilitação.

16.2 - Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas fora do horário e prazo estabelecidos neste Edital.

16.3 - Não havendo expediente na data marcada, os envelopes serão abertos no primeiro dia subsequente em que houver expediente neste Órgão.

16.4 - Após a abertura pública das Propostas de Preços e envelopes de Documentação, não serão fornecidos aos concorrentes ou quaisquer outras pessoas não oficialmente relacionadas ao certame, quaisquer informações referentes à análise, esclarecimentos, avaliação e comparação das Documentações e Propostas, bem como as recomendações sobre a adjudicação do Contrato, antes do aviso oficial do resultado do certame.

16.5 - Qualquer tentativa de um concorrente em influenciar a Comissão Permanente de Licitação ou o CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PARANÁ quanto ao processo de exame, esclarecimentos, avaliação e comparação de propostas e na tomada de decisões para a adjudicação de qualquer serviço pode resultar na rejeição de sua Proposta.

16.6 - Será inabilitada ou desclassificada a Empresa que deixar de apresentar qualquer documento exigido neste edital e seu(s) anexo(s).

17 – DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

17.1 - O CRCPR desclassificará as propostas que:

- a) não estiverem devidamente assinadas;
- b) contiverem qualquer limitação, reserva ou condições contrastantes com as do presente edital;
- c) não contiverem informações suficientes para a perfeita identificação, qualificação e avaliação dos serviços;

17.2 - As propostas e as documentações de habilitação deverão ser apreciadas, processadas e julgadas, na seguinte ordem:

- abertura dos envelopes com as propostas de preços que, depois de apreciados serão elencados pela ordem de classificação;
- abertura dos envelopes com a documentação de habilitação, seguindo a ordem de classificação, até que seja encontrado o vencedor do certame;
- devolução dos envelopes de documentação aos participantes, cujas propostas tenham sido desclassificadas, salvo quando interposto recurso, caso em que tais envelopes ficarão retidos

até seu julgamento



17.3 - No julgamento das propostas será considerado como critério de classificação e seleção o menor preço global.

17.4 - O objeto deste Edital será adjudicado à empresa cuja proposta for considerada vencedora.

17.5 - Será desclassificada a proposta que não atender as condições e requisitos deste Edital.

17.6 - A qualquer licitante que tentar impedir o curso normal do processo licitatório mediante a utilização de recursos ou de meios meramente protelatórios, ficará este sujeito às sanções legais e administrativas previstas na legislação vigente.

18 – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

18.1 - Todo concorrente é parte legítima para impugnar o presente convite por irregularidade, sendo que, qualquer pedido de impugnação deverá ser protocolado na sede do Conselho Regional de Contabilidade do Paraná até **48 (quarenta e oito horas)** antes da abertura dos envelopes, devendo tal pedido ser analisado e julgado pela Comissão em igual prazo.

18.2 - A decisão da Comissão que versar sobre desclassificação ou inabilitação de participantes, em quaisquer dos procedimentos de contratação, poderá ser contestada, até 02 (dois) dias consecutivos de seu proferimento, cuja contestação, dirigida ao presidente do Conselho, por intermédio da Comissão, será recebida com efeito devolutivo.

18.3 - Interposto recurso, o fato será comunicado às demais empresas, que terão prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação, para contestá-lo.

18.4 - Recebido o recurso de que trata o item anterior, ou esgotado o prazo para tanto, a Comissão Permanente de Licitação poderá reconsiderar a sua decisão, no prazo do item anterior, ou, no mesmo prazo, submeter o recurso, devidamente instruído, ao Presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Paraná, que decidirá em 03 (três) dias úteis contados da data de seu recebimento.

18.5 - Não será conhecido o recurso interposto fora do prazo legal.

19 - ADJUDICAÇÃO DO CONTRATO

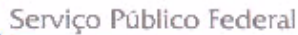
19.1 - O Conselho Regional de Contabilidade do Paraná adjudicará o contrato à(s) empresa(s) cuja proposta atender aos requisitos do presente Edital e seu(s) anexo(s) e também for de menor valor global.

19.2 - O Conselho Regional de Contabilidade do Paraná se reserva o direito de revogar o procedimento de contratação e rejeitar todas as propostas a qualquer momento antecedendo a assinatura do contrato, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, ou de anulá-lo por ilegalidade, sem que aos participantes caiba qualquer direito à indenização ou ressarcimento.

20 - DO PAGAMENTO

20.1 - De acordo com o artigo 64 da lei nº 9.430, de 27.12.96, os pagamentos efetuados por órgãos, autarquias e fundações da administração pública federal a pessoas jurídicas, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços, estão sujeitos à incidência, na fonte, do imposto sobre a renda, da contribuição social sobre o lucro líquido, da contribuição para seguridade social – Cofins e da Contribuição para o Pis/Pasep, **os quais deverão vir destacados obrigatoriamente pela própria Contratada no teor da respectiva nota fiscal.**

20.2 - A tabela de bens e serviços a que se refere o item anterior está à disposição de todos os interessados no site da Receita Federal www.receita.fazenda.gov.br, (INs SRF nº 480 e 539 de 15 de dezembro de 2004 e 25 de abril de 2005 – DOU 29/12/2004 e 27/04/2005) e por ocasião do pagamento, conforme o caso, todos os impostos serão retidos na fonte conforme a legislação vigente.



20.4 - Além do recebimento/aceite dos produtos e/ou execução dos serviços, a Nota Fiscal deverá ser formulada, já constando os impostos que serão retidos, sob pena de devolução para correção, contando-se o prazo para o pagamento a partir do recebimento regular da mesma (INs SRF nº 480 e 539 de 15 de dezembro de 2004 e 25 de abril de 2005 – DOU 29/12/2004 e 27/04/2005).

21.1 A inexecução total ou parcial do contrato, quando não suprimível pela parte inadimplente, ensejará rescisão contratual, que poderá ser declarada pela parte lesada, ou ainda quando ocorrer quaisquer das hipóteses seguintes:

- 21.4** A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

24.1 - Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a CONTRATADA estará sujeita às seguintes sanções administrativas, garantida prévia defesa:

CRC PR 8 
Conselho Regional de Contabilidade do Paraná



II – Multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela CONTRATANTE):

- a) de 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, por dia de atraso na prestação dos serviços, limitados a 30% (trinta por cento) do mesmo valor;
- b) de 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência;
- c) de 10% (dez por cento) sobre o valor total do período de vigência do contrato, contados da última prorrogação, no caso de rescisão do contrato por ato unilateral da administração, motivado por culpa da CONTRATADA, garantida defesa prévia, independentemente das demais sanções cabíveis.

III – Impedimento de licitar e contratar com a Administração e, se for o caso, descredenciamento do SICAF, pelo prazo de até 2 (dois) anos, Contratada que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a sanção, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

24.2 - No processo de aplicação de sanções, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, facultada defesa prévia do interessado no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento da respectiva notificação.

24.3 - As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de impedimento de licitar e contratar com a Administração, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Contrato e das demais cominações legais.

24.4 - O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a CONTRATADA fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da CONTRATADA o valor devido será abatido da garantia. Sendo a garantia insuficiente, o valor complementar será cobrado de forma administrativa e/ou judicial.

24.5 - As sanções previstas nos incisos I e III desta cláusula, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, desta cláusula.

25 – DO FORO

Para dirimir as questões oriundas da aplicação e interpretação do presente edital é competente o foro da Justiça Federal de Curitiba – Seção Judiciária do Paraná.

Curitiba, 05 de agosto de 2011.


JOÃO GELÁSIO WEBER

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

**ANEXO I****DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS****1. JUSTIFICATIVA**

O CRCPR tem direcionado esforços na melhoria das condições de trabalho aos seus colaboradores, implementando políticas salariais positivas, bem como, qualificação dos equipamentos de trabalho, entre outros.

Nesse contexto, existe a necessidade de reposição do uniforme de trabalho ofertado pelo CRCPR aos mesmos, cujas vestimentas atuais ainda são oriundas de licitação realizada em 2008, encontrando-se praticamente inutilizáveis em razão da perda de qualidade e uso freqüente.

Experiências anteriores no lançamento de certames na modalidade pregão (presencial / eletrônico) para a aquisição de uniformes registraram fatores negativos ao cumprimento da qualidade, do comprometimento, da seriedade, da eficiência, entre outros, por parte dos fornecedores contratados, o que levou ao CRCPR procurar fornecedores que tenham materiais de qualidade e aspirem credibilidade nos serviços prestados aos órgãos públicos de Curitiba.

O acordo coletivo de trabalho existente entre o CRCPR e o Sindicato da categoria contempla o fornecimento de vestimenta aos empregados como uma obrigação, existindo até mesmo uma cifra específica no orçamento e nos Planos de Trabalho da Instituição para o cumprimento de tal objeto.

Portanto, é justificável a reposição dos uniformes dos colaboradores do CRCPR.

2. DO OBJETO

Constitui objeto desta licitação contratação de empresa especializada na **confeção de uniformes profissionais** destinados aos colaboradores do CRCPR e **aquisição de carta de crédito** para utilização se necessário no decorrer do exercício 2011, conforme especificações e quantidades descritas no presente Termo.

3. QUANTIDADES

Item	Descrição	n.º funcionários	Qtde por Funcionário	Qtde total	VALOR MÉDIO (Máximo)	
					R\$ (unid) (Total Máximo)	R\$ (Total Máximo)
1	BLAZER FEMININO - <u>Características gerais:</u> Blazer padrão alfaiataria, gola esporte marino, modelo chanel tradicional, com três botões, bolsos retos com lapela. (com ajustes necessários)	16	2	32	R\$ 161,20	R\$ 5.158,40
2	CALÇA FEMININA - CIGARRETI - <u>Características gerais:</u> Calça social, modelo cigarreti, cós largo, fecho transpassado, bolso frontal boca falso, dois vivos falsos atrás, barra com abertura em V, corte reto. (com ajustes necessários)	16	1	16	R\$ 77,47	R\$ 1.239,47



3	CALÇA FEMININA - <u>Características gerais:</u> Calça social, cós largo, fecho transpassado, bolso frontal faca falso, dois vivos falsos atrás, corte reto. (com ajustes necessários)	16	2	32	R\$ 74,67	R\$ 2.389,33
4	CAMISETE FEMININA - MANGA CURTAS - <u>Características gerais:</u> Padrão camisaria; Gola V Social; Manga curta. (com ajustes necessários)	16	1	16	R\$ 52,67	R\$ 1.685,33
5	CAMISETE FEMININA - MANGA LONGA - <u>Características gerais:</u> Padrão camisaria; Gola V Social; Manga longa. (com ajustes necessários)	16	1	16	R\$ 55,29	R\$ 884,69
6	CAMISETE FEMININA - MANGA ¾ - <u>Características gerais:</u> Padrão camisaria; Gola V Social; Manga curta; Manga ¾ com vira. (com ajustes necessários)	16	2	32	R\$ 55,29	R\$ 1.769,39
7	PULOVER DE INVERNO FEMININO - <u>Características gerais:</u> Pulôver decote em V	16	1	16	R\$ 67,33	R\$ 1.077,33
8	PALETÔ MASCULINO - <u>Características gerais:</u> Paletô modelo tradicional, padrão alfaiataria; 1 bolso embutido (interno superior); 3 botões na frente; 3 botões pequenos em cada manga; 2 aberturas atrás. (com ajustes necessários)	22	2	44	R\$ 180,67	R\$ 7.949,33
9	CALÇA SOCIAL MASCULINA - <u>Características gerais:</u> Calça social com pregas, padrão alfaiataria; 2 bolsos falsos com 2 vivos (traseiro); 2 bolsos modelo faca (laterais). (com ajustes necessários)	31	2	62	R\$ 80,17	R\$ 4.970,33
10	CAMISA MASCULINA SOCIAL MANGA CURTA - <u>Características gerais:</u> Padrão camisaria; Manga curta; Prega macho; Bolso em quadrado canto quebrado; Abotoamento entretelado, apenas 1 lado; Bainha social. (com ajustes necessários)	31	2	62	R\$ 57,28	R\$ 3.551,36
11	CAMISA MASCULINA SOCIAL MANGA LONGA - <u>Características gerais:</u> Padrão camisaria; Manga curta; Prega macho; Bolso em quadrado canto quebrado; Abotoamento entretelado, apenas 1 lado; Bainha social. (com ajustes necessários)	31	2	62	R\$ 60,27	R\$ 3.736,53
12	PULOVER MASCULINO - <u>Características gerais:</u> Pullover decote V.	31	1	31	R\$ 68,33	R\$ 2.118,33
13	AVENTAL CORPO INTEIRO - <u>Características gerais:</u> Avental corpo inteiro, com transpasse atrás, parte inferior, com um bolso frontal. (com ajustes necessários)	5	2	10	R\$ 39,73	R\$ 397,33
14	CALÇA FEMININA - <u>Características gerais:</u> Calça operacional cós com elástico com 1 bolso atrás, lado direito. (com ajustes necessários)	5	2	10	R\$ 47,80	R\$ 478,00



15	CAMISA MANGAS CURTAS - Características gerais: Padrão Modelo Polo; Manga curta.	5	2	10	R\$ 36,47	R\$ 364,67
16	PULOVER DE INVERNO FEMININO - Características gerais: Pulôver decote em V	5	1	5	R\$ 67,33	R\$ 336,67
17	CAMISA POLO MANGA CURTA (estagiários), sendo 13 femininas e 2 masculinas, brancas (2) e preta (1)	15	3	45	R\$ 36,47	R\$ 1.641,00
18	BORDADO (logo CRCPR - 03 cores) nas peças: pulôvers, camisas, camisetas, pólos e avental			321	R\$ 5,07	R\$ 1.626,40
SUB-TOTAL						R\$ 41.373,91
19	CARTA DE CRÉDITO - 10% (dez por cento) do valor da compra imediata					R\$ 4.137,39
TOTAL						R\$ 45.511,30

4. ESPECIFICAÇÕES

ITEM 1 - UNIFORME FEMININO

1.1 BLAZER FEMININO

Características gerais:

- Blazer padrão alfaiataria, gola esporte marino, modelo chanel tradicional, com três botões, bolsos retos com lapela.

Características das matérias prima:

- Tecido composto c/ 100% poliéster (padrão Sanyotex - Artigo 731 ou Superior).
- Gramatura: 275 gr/ml.
- Armação do tecido tela 1X1.
- Entretela composta de 67% poliéster e 33% viscose.
- Forro composto de 100% poliéster.
- Ombreira de feltro, ½ polegada, composto de 100% poliéster.
- Mangas padrão alfaiataria, em duas folhas.
- Cor preta (código 42 da Sanyotex - Artigo 731).
- Linha corrente 80, na cor do tecido.

Características da confecção:

- As costuras devem ser bem acabadas de modo a impedir desfiamento ou esgarçamento do tecido.
- A casa do botão, deverá ser feita em caseadeira industrial de modo a impedir desfiamento ou esgarçamento do tecido.
- As peças deverão ter etiquetas nos locais convencionais com indicação do tecido, marca do confeccionista e tamanho do manequim.
- Deverá ter a frente entretelada.
- Deverá ter reforço de entretela nos revéis e nas golas.
- Deverá ter mangas padrão alfaiataria em duas folhas, com colocação de tapa

miséria na cabeça da manga.



- Todas as costuras deverão ser invisíveis no acabamento de barras e mangas.

1.2 CALÇA FEMININA

Características gerais:

- Calça social, cós largo, fecho transpassado, bolso frontal faca falso, dois vivos falsos atrás, corte reto.

Características da matéria – prima

- Tecido composto de 100% poliéster (padrão Sanyotex – Artigo 731 ou Superior).
- Gramatura: 275 gr/ml.
- Armação do tecido tela 1X1.
- Entretela composta de 67 % poliéster e 33% viscose.
- Botão de quatro furos, composto de 100% resina de poliéster.
- Cor preta (código 42 da Sanyotex – Artigo 731).
- Zíper de composição 100% poliéster (corrente);
- Linha corrente 80, na cor do tecido.

Características da confecção:

- As costuras devem ser bem acabadas de modo a impedir desfiamento ou esgarçamento do tecido.
- A casa do botão deverá ser feita em caseadeira industrial de modo a impedir desfiamento ou esgarçamento do tecido.
- As peças deverão ter etiquetas nos locais convencionais com indicação do tecido, marca do confeccionista e tamanho do manequim.
- O cós deverá ser entretelado e forrado do mesmo tecido da calça.
- As barras deverão ser feitas na padronagem "a mão", confeccionadas por meio de máquina industrial.

1.3 CALÇA FEMININA – CIGARRETI

Características gerais:

- Calça social, modelo cigarreti, cós largo, fecho transpassado, bolso frontal faca falso, dois vivos falsos atrás, barra com abertura em V, corte reto.

Características da matéria – prima

- Tecido composto de 100% poliéster (padrão Sanyotex – Artigo 731 ou Superior).
- Gramatura: 275 gr/ml.
- Armação do tecido tela 1X1.
- Entretela composta de 67 % poliéster e 33% viscose.
- Botão de quatro furos, composto de 100% resina de poliéster.
- Cor preta (código 42 da Sanyotex – Artigo 731 ou Superior).
- Zíper de composição 100% poliéster (corrente);
- Linha corrente 80, na cor do tecido.

Características da confecção:



- As costuras devem ser bem acabadas de modo a impedir desfiamento ou esgarçamento do tecido.
- A casa do botão deverá ser feita em caseadeira industrial de modo a impedir desfiamento ou esgarçamento do tecido.
- As peças deverão ter etiquetas nos locais convencionais com indicação do tecido, marca do confeccionista e tamanho do manequim.
- O cós deverá ser entretelado e forrado do mesmo tecido da calça.
- As barras deverão ser feitas na padronagem "a mão", confeccionadas por meio de máquina industrial deverão ter acabamento em V.

1.4 CAMISETA MANGA CURTA E

1.5 CAMISETA MANGA LONGA E

1.6 CAMISETA MANGA ¾

Características gerais:

- Padrão camisaria.
- Gola V Social
- Manga curta.
- Manga ¾ com vira.
- Manga longa com punho 8cm com 4 botões
- Deverá ser bordada com o brasão do CRC-PR

Características da matéria – prima

- Tecido de composição 67% poliéster, 28% algodão e 5% elastano, com gramatura de 140 gramas por metro linear;
- Cor: branca (padrão poplin lycra Doptex ou Superior).
- Armação do tecido tela 1X1;
- Botão de quatro furos composto de 100% resina de poliéster, tipo leitoso na cor da camiseta;
- Entretela de vista, composta de 67% poliéster e 33% viscose;
- Entretela de punho composta de 67% poliéster e 33% viscose.
- Linha corrente 80, na cor do tecido.

Características da confecção:

- As costuras devem ser rebatidas e bem acabadas de modo a impedir desfiamento ou esgarçamento do tecido.
- A casa do botão deve ser feita em caseadeira industrial de modo a impedir desfiamento ou esgarçamento do tecido.
- As mangas e laterais deverão ser fechadas com máquinas industriais, pregadeira de manga e fechadeira de braço. **Serão rejeitadas as peças que não estiverem de acordo com esta solicitação.**
- As peças deverão ter etiquetas nos locais convencionais com indicação do tecido, marca do confeccionista e tamanho do manequim.



- Os punhos deverão ser entretelados.
- O molde deverá ser amplo, com pala dupla.

1.7 PULLOVER DE INVERNO FEMININO

Características gerais:

- Pulôver decote em V
- Deverá ser bordada com o brasão do CRC-PR

Características das matérias prima

- Fio 100% acrílico (padrão Lansul Belcryn ou Superior).
- Espessura do fio: 2/28
- Gramatura 228
- Cor preta – cód. 100

Características da confecção:

- A trama da malha deverá ser em 2 (dois) fios relêvo.
- A gola deverá ser decote em V
- As peças deverão ter etiquetas nos locais convencionais com indicação do tecido, marca do confeccionista e tamanho do manequim.
- A barra deverá ser de 4 cm. e a manga com punhos de 4 cm.
- A barra e o punho deverão ser 2X1 e ter 1 fio de elástico tecido junto com a malha, para impedir o esgarçamento.

ITEM 2 - UNIFORME MASCULINO

2.1 - PALETÓ MASCULINO

Características gerais:

- Paletó modelo tradicional, padrão alfaiataria
- 1 bolso embutido (interno superior).
- 3 botões na frente.
- 3 botões pequenos em cada manga.
- 2 aberturas atrás.

Características das matérias prima:

- Tecido composto c/ 100% poliéster (padrão Sanyotex – Artigo 731 ou Superior).
- Gramatura: 275 gr/ml.
- Armação do tecido tela 1X1.
- Entretela composta de 67% poliéster e 33% viscose.
- Forro composto de 100% poliéster.
- Ombreira de feltro, ½ polegada, composto de 100% poliéster.
- Botão de 4 furos.
- Mangas padrão alfaiataria, em duas folhas.
- Cor preta (código 42 da Sanyotex Artigo 731 ou Superior).

Linha corrente 80, na cor do tecido.



Características da confecção:

- As costuras devem ser bem acabadas de modo a impedir desfiamento ou esgarçamento do tecido.
- A casa do botão, deve ser feita em caseadeira industrial de modo a impedir desfiamento ou esgarçamento do tecido.
- As peças deverão ter etiquetas nos locais convencionais com indicação do tecido, marca do confeccionista e tamanho do manequim.
- Deverá ter a frente entretelada.
- Deverá ter reforço de entretela nos revéis e reforço duplo de entretelas nas golas.
- Deverá ter reforço de feltro e entretela na parte interna do peitoral;
- Deverá ter mangas padrão alfaiataria em duas folhas, com colocação de tapa miséria na cabeça da manga.
- Deverá ter um bolso frontais superior, com 1 (um) vivo de acabamento de 2 cm.
- Deverá ter dois bolsos frontais inferiores, com 2 (dois) vivos de acabamento e um lapela.
- O vivo deverá ser da mesma largura em toda a extensão dos bolsos.
- Todas as costuras deverão ser invisíveis no acabamento de barras e mangas.

2.2 - CALÇA SOCIAL MASCULINA

Características gerais:

- Calça social com pregas, padrão alfaiataria.
- 2 bolsos falsos com 2 vivos (traseiro).
- 2 bolsos modelo faca (laterais).

Características das matérias prima

- Tecido composto c/ 100% poliéster (padrão Sanyotex – Artigo 731 ou Superior).
- Gramatura: 275 g/ml
- Armação do tecido tela 1X1.
- Cor preta (código 42 da Sanyotex Artigo 731 ou Superior).
- Entretela no cóis, composta de 67% poliéster e 33% viscose.
- Forro no cóis, composto de 100% poliéster.
- Abotoamento com ganchos.
- Botões com quatro furos nos bolsos traseiros.
- Zíper de composição 100% poliéster (corrente).
- Linha corrente 80, na cor do tecido.

Características da confecção:

- As costuras devem ser bem acabadas de modo a impedir desfiamento ou esgarçamento do tecido.
- A casa do botão deverá ser feita em caseadeira industrial de modo a impedir desfiamento ou esgarçamento do tecido.
- As barras deverão ser costuradas na padronagem “a mão”, confeccionadas por meio de máquina industrial.



- O molde deverá ser amplo.
- As peças deverão ter etiquetas nos locais convencionais com indicação do tecido, marca do confeccionista e tamanho do manequim.
- O cós deverá ser entretelado e forrado.
- Os bolsos deverão ser feitos do mesmo tecido da calça.
- Os bolsos deverão ser reforçados com travetes e acabamentos com vivos.
- Deverá ter oito passadores com duas costuras rebatidas.
- As costuras deverão ser invisíveis e abertas por dentro na ilharga (lateral) sem pespontos visíveis, exceto no cós, bolsos laterais e vista do zíper.

2.3 - CAMISA MASCULINA SOCIAL MANGA CURTA E

2.4 - CAMISA MASCULINA SOCIAL MANGA LONGA

Características gerais:

- Padrão camisaria.
- Manga curta.
- Manga longa.
- Prega macho.
- Bolso em quadrado canto quebrado.
- Abotoamento entretelado, apenas 1 lado.
- Bainha social.
- Deverá ser bordada com o brasão do CRC-PR

Característica das matérias – prima

- Tecido de composição 67% poliéster, 28% algodão e 5% elastano, com gramatura de 140 gramas por metro linear;
- Cor: branca (padrão poplin lycra Doptex ou Superior).
- Armação do tecido tela 1X1;
- Colarinho composto de 67% poliéster e 33% viscose;
- Botão de quatro furos composto de 100% resina de poliéster, tipo leitoso na cor da camisa;
- Entretela de vista, composta de 67% poliéster e 33% viscose;
- Entretela de punho composta de 67% poliéster e 33% viscose.
- Linha corrente 80, na cor do tecido.

Características da confecção:

- As costuras devem ser rebatidas e bem acabadas de modo a impedir desfiamento ou esgarçamento do tecido.
- A casa do botão deve ser feita em caseadeira industrial de modo a impedir desfiamento ou esgarçamento do tecido.
- As mangas e laterais deverão ser fechadas com máquinas industriais, pregadeira de manga e fechadeira de braço. **Serão rejeitadas as peças que não estiverem de acordo com esta solicitação.**



- As peças deverão ter etiquetas nos locais convencionais com indicação do tecido, marca do confeccionista e tamanho do manequim.
- Deverá ter dois botões de reserva (interno).
- As golas e punhos deverão ser entretelados.
- O molde deverá ser amplo, com pala dupla.

2.5 - PULOVER MASCULINO

Características gerais:

- Pullover decote V.
- Deverá ser bordada com o brasão do CRC-PR

Características das matérias – prima:

- Fio 100% acrílico (padrão Lansul Belcryn ou Superior).
- Espessura do fio: 2/28
- Gramatura 228
- Cor preta – cód. 100

Características da confecção:

- As costuras devem ser bem acabadas de modo a impedir desfiamento;
- As peças deverão ter etiquetas nos locais convencionais com indicação do tecido, marca do confeccionista e tamanho do manequim;
- A trama da malha deverá ser 2 (dois) fios relevo;
- A barra e o punho deverá ser 2X1 e ter 1 fio de elástico tecido junto com a malha, para impedir o esgarçamento.

ITEM 3 - UNIFORME OPERACIONAL

3.1 – AVENTAL CORPO INTEIRO

Características gerais:

- Avental corpo inteiro, com transpasse atrás, parte inferior, com um bolso frontal.
- Deverá ser bordada com o brasão do CRC-PR

Características das matérias prima:

- Tecido composto c/ 100% poliéster (padrão Sanyotex – Artigo 500 ou Superior).
- Gramatura: 282 gr/ml.
- Armação do tecido tela 1X1.
- Cor preta (código 42 da Sanyotex – Artigo 500 ou Superior).
- Linha corrente 80, na cor do tecido.

Características da confecção:

- As costuras devem ser bem acabadas de modo a impedir desfiamento ou esgarçamento do tecido.



- As peças deverão ter etiquetas nos locais convencionais com indicação do tecido, marca do confeccionista e tamanho do manequim.
- Todas as costuras deverão ser invisíveis no acabamento de barras.

3.2 – CALÇA FEMININA

Características gerais:

- Calça operacional cós com elástico com 1 bolso atrás, lado direito

Características da matéria – prima

- Tecido composto de 65% poliéster e 35% algodão (malha escolar).
- Gramatura: 160 gr/m².
- Cor preta.
- Linha corrente 80, na cor do tecido.

Características da confecção:

- As costuras devem ser bem acabadas de modo a impedir desfiamento ou esgarçamento do tecido.
- As peças deverão ter etiquetas nos locais convencionais com indicação do tecido, marca do confeccionista e tamanho do manequim.

3.3 – CAMISA MANGAS CURTAS (PÓLO)

Características gerais:

- Padrão Modelo Polo.
- Manga curta.
- Deverá ser bordada com o brasão do CRC-PR

Características da matéria – prima

- Tecido de composição 65% poliéster e 35% algodão, com gramatura de 178 gramas por metro quadrado (Padrão Piquet Poli Algodão ou Superior).
- Cores: preta e branca (02 pretas e 02 brancas)
- Armação do tecido tela 1X1;
- Botão de quatro furos composto de 100% resina de poliéster, tipo leitoso na cor da camisa;
- Entretela de vista, composta de 67% poliéster e 33% viscose;
- Linha corrente 80, na cor do tecido.

Características da confecção:

- As costuras devem ser rebatidas e bem acabadas de modo a impedir desfiamento ou esgarçamento do tecido.
- A casa do botão deve ser feita em caseadeira industrial de modo a impedir desfiamento ou esgarçamento do tecido.
- As peças deverão ter etiquetas nos locais convencionais com indicação do tecido, marca do confeccionista e tamanho do manequim.
- O molde deverá ser amplo.



3.4- PULOVER DE INVERNO FEMININO

Características gerais:

- Pulôver decote em V
- Deverá ser bordada com o brasão do CRC-PR

Características das matérias prima

- Fio 100% acrílico (padrão Lansul Belcryn ou Superior).
- Espessura do fio: 2/28
- Gramatura 228
- Cor preta – cód. 100

Características da confecção:

- A trama da malha deverá ser em 2 (dois) fios relêvo.
- A gola deverá ser decote em V
- As peças deverão ter etiquetas nos locais convencionais com indicação do tecido, marca do confeccionista e tamanho do manequim.
- A barra deverá ser de 4 cm. e a manga com punhos de 4 cm.
- A barra e o punho deverão ser 2X1 e ter 1 fio de elástico tecido junto com a malha, para impedir o esgarçamento.

ITEM 4 - UNIFORME ESTAGIÁRIOS

4.1 – CAMISA MANGAS CURTAS (PÓLO)

Características gerais:

- Padrão Modelo Polo.
- Manga curta.
- Deverá ser bordada com o brasão do CRC-PR

Características da matéria – prima

- Tecido de composição 65% poliéster 35% algodão, com gramatura de 178 gramas por metro quadrado (Padrão Piquet Poli Algodão ou Superior).
- Cores: preta e branca (01 preta e 02 brancas por pessoa)
- Armação do tecido tela 1X1;
- Botão de quatro furos composto de 100% resina de poliéster, tipo leitoso na cor da camisa;
- Entretela de vista, composta de 67% poliéster e 33% viscose;
- Linha corrente 80, na cor do tecido.

Características da confecção:

- As costuras devem ser rebatidas e bem acabadas de modo a impedir desfiamento ou esgarçamento do tecido.
- A casa do botão deve ser feita em caseadeira industrial de modo a impedir desfiamento ou esgarçamento do tecido.



- As peças deverão ter etiquetas nos locais convencionais com indicação do tecido, marca do confeccionista e tamanho do manequim.
- O molde deverá ser amplo.

5. DA CARTA DE CRÉDITO

- 5.1. Tendo em vista a imprevisibilidade quanto ao fornecimento de uniformes decorrentes de novas contratações de pessoal, assim como, a impossibilidade de antever se a vestimenta será no molde masculino ou feminino, a necessidade de reposição de peças danificadas, de reajustes, entre outros, o CRCPR previu no presente certame o fornecimento pela Contratada de uma CARTA DE CRÉDITO correspondente a 10% (dez por cento) do valor total dos uniformes imediatamente a serem adquiridos, a qual poderá ou não ser utilizada no decorrer do exercício 2011, sem data prévia definida.
- 5.2. O valor correspondente a carta de crédito só será pago mediante sua utilização a qual poderá ser total ou parcial, devendo obrigatoriamente estar vinculado ao uso em peças licitadas no presente feito.
- 5.3. Caso o valor não seja utilizado ou, seja utilizado parcialmente, o saldo da carta de crédito extingue-se automaticamente em 31/12/2011, independentemente de qualquer comunicação por parte do CRCPR, bem como, sem qualquer compromisso de pagamento das peças constantes da carta de crédito e não confeccionadas.

6. PRAZO DE ENTREGA

- 6.1. O prazo máximo para entrega dos produtos especificados acima, sem os devidos ajustes, é de até **45 (quarenta e cinco) dias úteis** após a assinatura do contrato.
- 6.2. As medidas poderão ser tiradas pela Contrata nos primeiros 10 (dez) dias após a assinatura do contrato, sendo que, uma vez entregues os uniformes no prazo do item 6.1, deverão ser conferidas as medidas e o prazo para conclusão dos ajustes é de até **10 (dez) dias corridos**.

7. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da prestação dos serviços objeto do presente contrato correrão a conta do orçamento geral do CRCPR para o exercício de 2011.

8. DEMAIS CONDIÇÕES

- Os valores apresentados serão fixos e irrevogáveis, não sendo admitida cobrança adicional em razão de ajustes e/ou fornecimento de peças nos tamanhos GG ou superior;
- Forma de pagamento: na entrega de todos os uniformes devidamente adaptados ao tamanho dos usuários;
- A validade das propostas deverá ser de no mínimo 60 (sessenta) dias;
- Os ajustes deverão ser realizados na Sede do CRCPR em Curitiba-PR, à Rua XV de Novembro, 2987, Alto da XV;
- Os uniformes devidamente ajustados não poderão ser cancelados junto à Contratada;



- As peças devidamente ajustadas deverão ser entregues ao CRCPR, à Rua XV de Novembro, 2987, Alto da XV, mediante agendamento prévio com o dpto. de recursos humanos.
- Demais ajustes que se façam necessários além do 1º (primeiro), deverão ser cumpridos e entregues ao Contratante no prazo de até 10 (dez) dias (corridos);
- Poderá a Contratada realizar medição prévia dos colaboradores para fins de confecção;
- O prazo de garantia deverá estar de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;
- A Contratada deverá fornecer instruções de uso e lavagem aos destinatários dos uniformes como forma de não comprometê-los.
- **As peças que não forem confeccionadas exatamente de acordo com a especificação do edital, bem como confeccionadas com tecido idêntico aos constantes nas amostras no que se refere a cor, gramatura e qualidade serão recusadas e o pagamento suspenso.**
- A empresa vencedora assumirá o compromisso de efetuar **ajustes e reformas ou mesmo refazer as peças** quantas vezes forem necessárias do material que considerado incorreto, defeituoso ou que esteja fora das medidas do(s) funcionário (s).
- Nas retiradas das medidas e/ou ajustes, a(s) costureira(s) da empresa deverá(ão) fazer as anotações de acordo com a solicitação dos funcionários, porém dentro dos padrões que serão pré estipulados, por pessoa(s) do CRCPR designada(s) para esse fim, a(s) qual(is) acompanhará(ão) a costureira em todos os momentos.
- No ato da primeira entrega, ou nas demais entregas que existirem devido a ajustes, estas deverão ser feitas **obrigatoriamente** com horário pré agendado e **com o acompanhamento de uma costureira** da empresa licitante para prova imediata das peças, que no caso de ainda não estarem de acordo sejam devolvidas imediatamente, devendo retornar ao CRCPR, no prazo estipulado no sub-item 6.2.
- Todas as despesas com deslocamentos para o CRCPR em Curitiba, para fins de entregas, provas e retiradas de medidas serão por conta da licitante vencedora.
- Em hipótese alguma os funcionários CRCPR poderão se deslocar a sede da licitante vencedora para retirada de peças, provas ou ajustes, mesmo nas situações em que seja para a confecção de um único uniforme como, por exemplo, nos casos da utilização da carta de crédito.
- No caso de funcionários lotados em outras regionais do CRCPR, a empresa Contratada deverá repassar por escrito, em no máximo 03 (três) dia úteis da formalização do contrato administrativo, orientações, moldes, tabelas para anotações de todos os dados considerados necessários, e ainda poderá também a seu critério enviar ou solicitar peças pilotos (roupas de uso pessoal) dos funcionários e/ou qualquer outras sugestões desde que aceitas pelo CRCPR, para a confecção de peças o mais próximo possível do tamanho de cada um.
- Será de responsabilidade da empresa vencedora as orientações com clareza e solicitação de todos os dados quantos forem necessários conforme acima, para a confecção das peças de funcionários regionais, bem como a confecção dentro das medidas fornecidas e a execução quantas vezes forem necessárias, de ajustes, reformas ou mesmo refazimento das peças consideradas incorretas, defeituosas ou que não se ajustem ao tamanho dos funcionários, seguindo os prazos estipulados para entregas e ajustes dos uniformes dos funcionários de Curitiba.
- As peças serão enviadas aos regionais pelo CRCPR, bem como, a devolução das peças consideradas incorretas ou defeituosas, portanto contará os prazos para ajustes, após



comunicação feita pelo funcionário do RH do CRCPR em Curitiba, que ficará designado a tratar destes assuntos.

- Para peças aceitas pelos escritórios regionais num primeiro momento, ou postas em uso, ou ainda ultrapassado o prazo de uma semana para reclamações será(ão) considerada(s) aceita(s), reservando o direito à empresa Contratada de não efetuar ajustes nem aceitar reclamações posteriores.

9. VALOR MÁXIMO PARA CONTRATAÇÃO

Fixa-se como valor máximo (média de mercado) para o fornecimento de todos os uniformes acima relacionados, a importância de **R\$ 45.511,30 (quarenta e cinco mil, quinhentos e onze reais e trinta centavos).**

**ANEXO II****MINUTA DE CONTRATO**

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE UNIFORMES PROFISSIONAISE CARTA DE CRÉDITO, QUE ENTRE SI FAZEM O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PARANÁ E A _____.

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado o **CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PARANÁ – CRCPR**, autarquia federal da administração indireta, criada pelo Decreto-lei 9.295/46, registrado no CNPJ/MF sob o n.º 76.592.559/0001-10, com endereço na Rua XV de novembro, 2.987, em Curitiba-PR, representada neste ato pelo seu presidente contador **PAULO CÉSAR CAETANO DE SOUZA**, doravante designado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado, a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, com CNPJ/MF sob o n.º _____, estabelecida na cidade de _____, na Rua _____, CEP _____, neste ato representada por _____, portadora da Cédula de Identidade n.º _____ SSP/PR, inscrita no CPF/MF sob o n.º _____, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, têm entre si justo e avençado o presente, com fulcro na Lei 8.666/93 e demais consectários legais, mediante as seguintes cláusulas e condições a seguir dispostas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada na confecção de uniformes profissionais destinados aos colaboradores do CRCPR e aquisição de carta de crédito para utilização se necessário no decorrer do exercício 2011, conforme características e especificações constantes no Anexo I, do processo licitatório em epígrafe.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

A presente contratação obedecerá ao estipulado neste Contrato, bem como às disposições constantes dos documentos adiante enumerados, que integram o Processo acima citado, do CRCPR, e que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste Contrato:

- a) Edital n.º 32/2011 - CONVITE e seus Anexos;
- b) Documentos de PROPOSTA COMERCIAL E HABILITAÇÃO apresentados pela ora CONTRATADA.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 3.1. Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.
- 3.2. Verificar a execução dos trabalhos pela CONTRATADA e das condições de habilitação e qualificação exigidas no ato convocatório.
- 3.3. Comunicar imediatamente à CONTRATADA qualquer irregularidade manifestada durante a prestação dos serviços.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 4.1. Assumir, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes de adjudicação do objeto do Processo Licitatório n.º 032/2011 - CONVITE, sendo os respectivos comprovantes apresentados ao CONTRATANTE, sempre que exigidos;
- 4.2. Responder de maneira plena, absoluta, exclusiva e inescusável pelos serviços contratados e seu perfeito cumprimento;



- 4.3. Conduzir os serviços ora contratados com estrita obediência às leis, regulamentos e normas pertinentes à matéria;
- 4.4. Prestar, sem ônus para o CRCPR, os serviços necessários à correção ou revisão de falhas ou defeitos verificados nos trabalhos realizados;
- 4.5. Garantir a qualidade dos uniformes produzidos e observar estritamente suas especificações conforme o Anexo I do edital 32/2011 – CONVITE, bem como cumprir com os prazos nele destacados;
- 4.6. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 4.7. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento de despesas para a CONTRATANTE;
- 4.8. Não transferir ou ceder, a qualquer título, os direitos e obrigações decorrentes do CONTRATO, ou títulos de créditos emitidos por ela e sem aceite, como garantia, fiança, ou outra forma qualquer de ônus, sem anuência prévia e expressa da CONTRATANTE, sob pena de rescisão unilateral do CONTRATO.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR DO CONTRATO

5.1. O valor global do presente CONTRATO é de R\$ _____ (_____), sendo composto pelo valor para aquisição imediata, correspondentes a R\$._____, e R\$._____ correspondente à carta de crédito, despesas essas que correrão à conta do orçamento próprio do CONTRATANTE, para o corrente exercício.

5.2. A Carta de Crédito fornecida pela Contratada, corresponde ao valor de R\$._____, só será paga mediante sua utilização, a qual poderá ser total ou parcial, devendo obrigatoriamente estar vinculadas as despesas ao uso em peças licitadas no presente feito.

5.3. Caso o valor não seja utilizado ou, seja utilizado parcialmente, o saldo da carta de crédito extingue-se automaticamente em 31/12/2011, independentemente de qualquer comunicação por parte do CRCPR, bem como, sem qualquer compromisso de pagamento das peças constantes da carta de crédito e não confeccionadas.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento pelo fornecimento do objeto da licitação, depois de atestados pela fiscalização do contrato, será efetuado pelo CRCPR até o 5º (quinto) dia útil seguinte ao da apresentação e aceitação dos documentos de cobrança correspondentes.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento será efetivado por meio de sistema eletrônico ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras, não podendo ser imposta qualquer espécie de multa moratória ou juros moratórios por demora de até 3 (três) dias úteis que ultrapassem a data de vencimento, após a data da referida Ordem Bancária, se a mesma foi emitida tempestivamente.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os pagamentos, mediante emissão de qualquer ordem bancária, serão realizados desde que a CONTRATADA efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Juntamente com as notas fiscais/faturas, deverão ser apresentadas as certidões negativas de débitos junto ao INSS, FGTS, Receita Federal, comprovante de optante do SIMPLES NACIONAL (se for o caso), e o relatório de entregas), devidamente atualizadas, podendo o CRCPR reter os pagamento caso não sejam apresentados os respectivos documentos.

PARÁGRAFO QUARTO - A critério da CONTRATANTE, poderá ser utilizado o valor contratualmente devido para cobrir dívidas de responsabilidade da CONTRATADA para consigo, relativas a multas que lhe tenham sido aplicadas em decorrência da irregular execução contratual ou para ressarcimento de eventuais danos ocasionados e assumidos pela CONTRATADA.



PARÁGRAFO QUINTO - Os eventuais atrasos de pagamento, por culpa da CONTRATANTE, gera à CONTRATADA o direito à atualização financeira desde a data final do período de adimplemento até a data do efetivo pagamento, tendo como base a taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional, *pro rata tempore-die*, de forma não composta, devendo os cálculos dos encargos, de cada mês, serem feitos utilizando-se a taxa do mês anterior ao da apuração desses encargos, em conformidade com o art. 406 da Lei nº 10.406/02 – Código Civil.

PARÁGRAFO SEXTO - A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria CONTRATADA, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Serão retidos na fonte os Impostos sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), bem assim a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e a Contribuição para o PIS/PASEP sobre os pagamentos efetuados, utilizando-se as alíquotas previstas para o objeto desta licitação, conforme Instrução Normativa SRF nº 480, de 15/12/04 ou outra norma que venha a substituí-la. Cabe a CONTRATADA o destaque destes impostos no corpo das notas fiscais emitidas.

PARÁGRAFO OITAVO - Não haverá a retenção prevista no subitem anterior caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições (SIMPLES), instituído pela LC 123/2006, ou encontre-se em uma das situações elencadas no artigo 25 da Instrução Normativa SRF nº 480, de 15/12/04 ou outra norma que venha a substituí-la.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

7.1 O presente CONTRATO terá vigência de 12 (doze) meses, respeitados os prazos de garantia.

CLÁUSULA OITAVA – DO ACRÉSCIMO OU SUPRESSÃO CONTRATUAL

8.1. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços que vierem a se tornar necessários no decorrer do CONTRATO, até 25% (vinte e cinco por cento) do seu valor inicial atualizado, com base no art. 65, § 1º, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

9.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto contratado a Administração do CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

I – Advertência.

II – Multas:

a) de 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, por dia de atraso na prestação dos serviços, limitados a 30% (trinta por cento) do mesmo valor;

b) de 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato;

c) de 10% (dez por cento) sobre o valor total do período de vigência do contrato, contados da última prorrogação, no caso de rescisão do contrato por ato unilateral da administração, motivado por culpa da CONTRATADA, garantida defesa prévia, independentemente das demais sanções cabíveis.

9.2. A multa deverá ser recolhida como receita do CONTRATANTE, dentro do prazo de 15 (quinze) dias após o recolhimento da notificação pela CONTRATADA, sob pena de incorrer em correção monetária e juros moratórios, ou, a critério da Administração, serem descontados do pagamento a realizar ou das garantias do respectivo, ou ainda quando for o caso, cobrada judicialmente (art. 86, § 3º, da Lei n.º 8.666/93).

9.3. Além das penalidades citadas no subitem anterior, a CONTRATADA ficará sujeita ainda ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores do CONTRATANTE e, no que couber, às penalidades referidas no art. 87, da Lei n.º 8.666/93.

9.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso na forma do art. 109, da Lei n.º 8.666/93.



CLÁUSULA DÉCIMA – DAS COMUNICAÇÕES

10.1. Durante a execução contratual quaisquer comunicações entre a CONTRATADA e CONTRATANTE, e vice-versa, deverão ser feitas, por escrito, através de documento formal.

10.2. Os pleitos formulados pela CONTRATADA, na forma do item acima, somente surtirão efeitos após a correspondente decisão emitida pelo representante do CONTRATANTE, o que deverá ocorrer até 72 (setenta e duas) horas após sua formulação, não podendo esse período ser considerado para fins de atraso justificado para a conclusão dos serviços ou computado para os fins previstos na Cláusula Sexta deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

11.1 A inexecução total ou parcial do contrato, quando não supriável pela parte inadimplente, ensejará rescisão contratual, que poderá ser declarada pela parte lesada, ou ainda quando ocorrer quaisquer das hipóteses seguintes:

- e) descumprimento, cumprimento irregular ou tardio de cláusula contratual;
- f) paralisação injustificada da execução;
- g) reiterado desatendimento às recomendações ou determinações regulares do CONTRATANTE;
- h) excepcionalmente, por outros motivos de relevante gravidade e suficiente para ensejar a rescisão, satisfatoriamente justificada;

11.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo desde que haja conveniência para as partes;

11.3 Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

11.4 A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. O presente Contrato vincula-se ao inteiro teor do Processo Licitatório n.º 032/2011 - CONVITE e da proposta vencedora e rege-se pela Lei nº 8.666/93.

12.1.1. A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório.

12.2. O vínculo empregatício com os funcionários destacados pela CONTRATADA para a prestação dos serviços ora contratados e todos os encargos trabalhistas e previdenciários são da direta responsabilidade da CONTRATADA, não existindo entre a CONTRATADA e o CONTRATANTE qualquer vínculo empregatício sob qualquer hipótese.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

12.1. Fica eleito o foro da Justiça Federal de Curitiba – Seção Judiciária do Paraná, para dirimir as questões oriundas da aplicação e interpretação do presente contrato, renunciando-se a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

12.2 E por estarem assim justos e acordados, as partes assinam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas a todo presente.

Curitiba, ____ de _____ de 2011.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PARANÁ
Presidente do CRCPR – CONTRATANTE

CONTRATADA

www.crcpr.org.br



ANEXO III

DECLARAÇÕES DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE E DE NÃO-EMPREGO DE MÃO-DE-OBRA DE MENOR

DECLARA-SE, para fins de habilitação no Processo Licitatório n.º 032/2011 - CONVITE, que a empresa _____, inscrita no CNPJ n.º _____ com sede no endereço _____ por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a) _____ infra-assinado, de RG n.º _____ e do CPF n.º _____, que:

- a) até a presente data inexistem fatos supervenientes e impeditivos para sua habilitação no presente certame licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores que impeçam tal habilitação.
- b) não tem seus quadros de trabalho menores de 18 (dezoito) anos executando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou menores de 16 (dezesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

OBS: A contratação de menor aprendiz – a partir de 14 (quatorze) anos - deverá ser declarada neste documento, inclusive com a identificação do contratado(a).

_____, ____ de _____ de 2011.

REPRESENTANTE LEGAL



ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE EMPRESA OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL

DECLARA-SE ao Conselho Regional de Contabilidade do Paraná, conforme previsto no Edital do Processo Licitatório n.º 032/2011 - CONVITE, que a empresa _____, CNPJ n.º _____, situada à _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____, para fins de não incidência na fonte do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), e da contribuição para o PIS/Pasep, a que se refere o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte-Simples Nacional, de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I - preenche os seguintes requisitos:

a) conserva em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;

b) cumpre as obrigações acessórias a que está sujeita, em conformidade com a legislação pertinente;

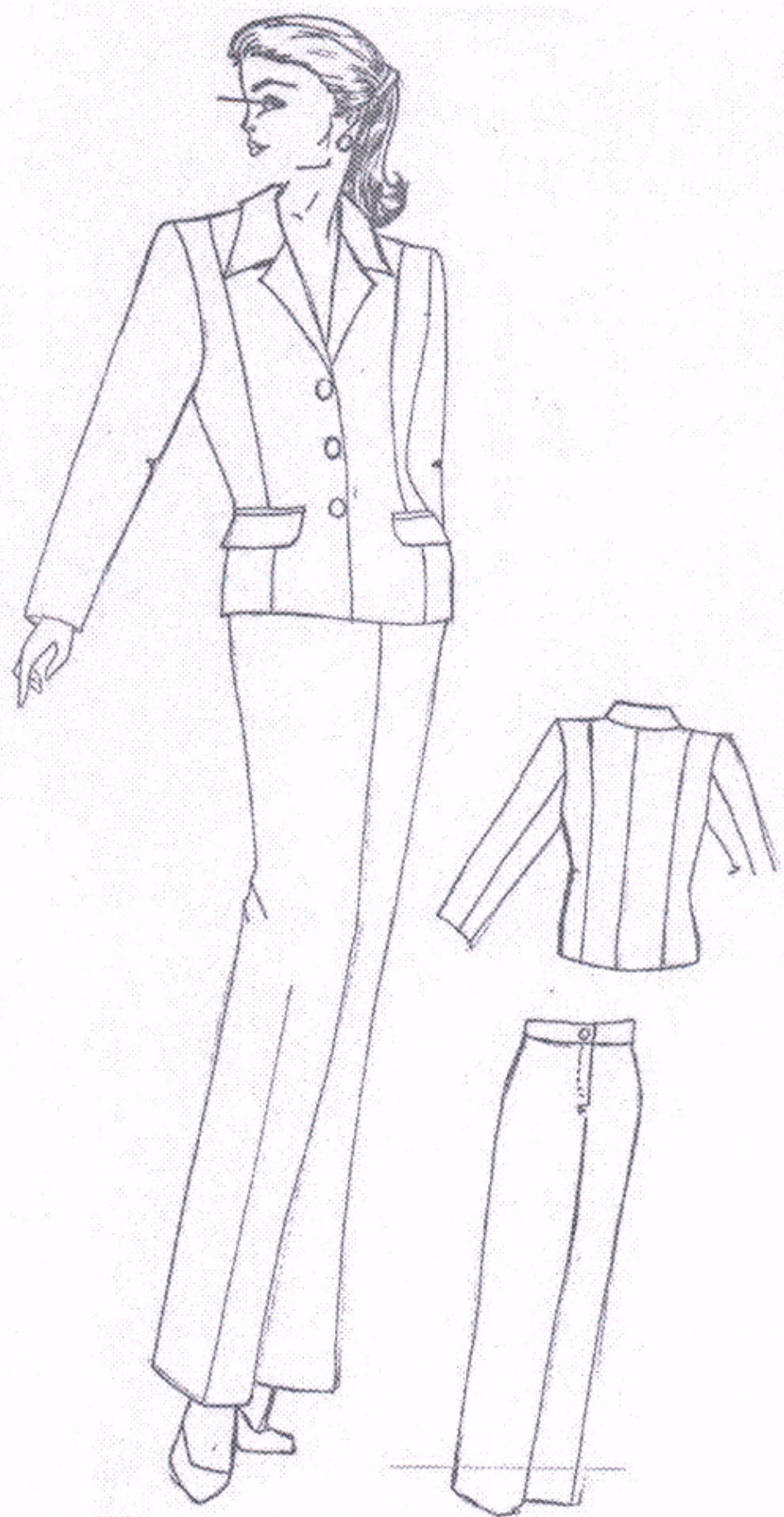
II - o signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal e à entidade pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação destas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, juntamente com as demais pessoas que para ela concorrem às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

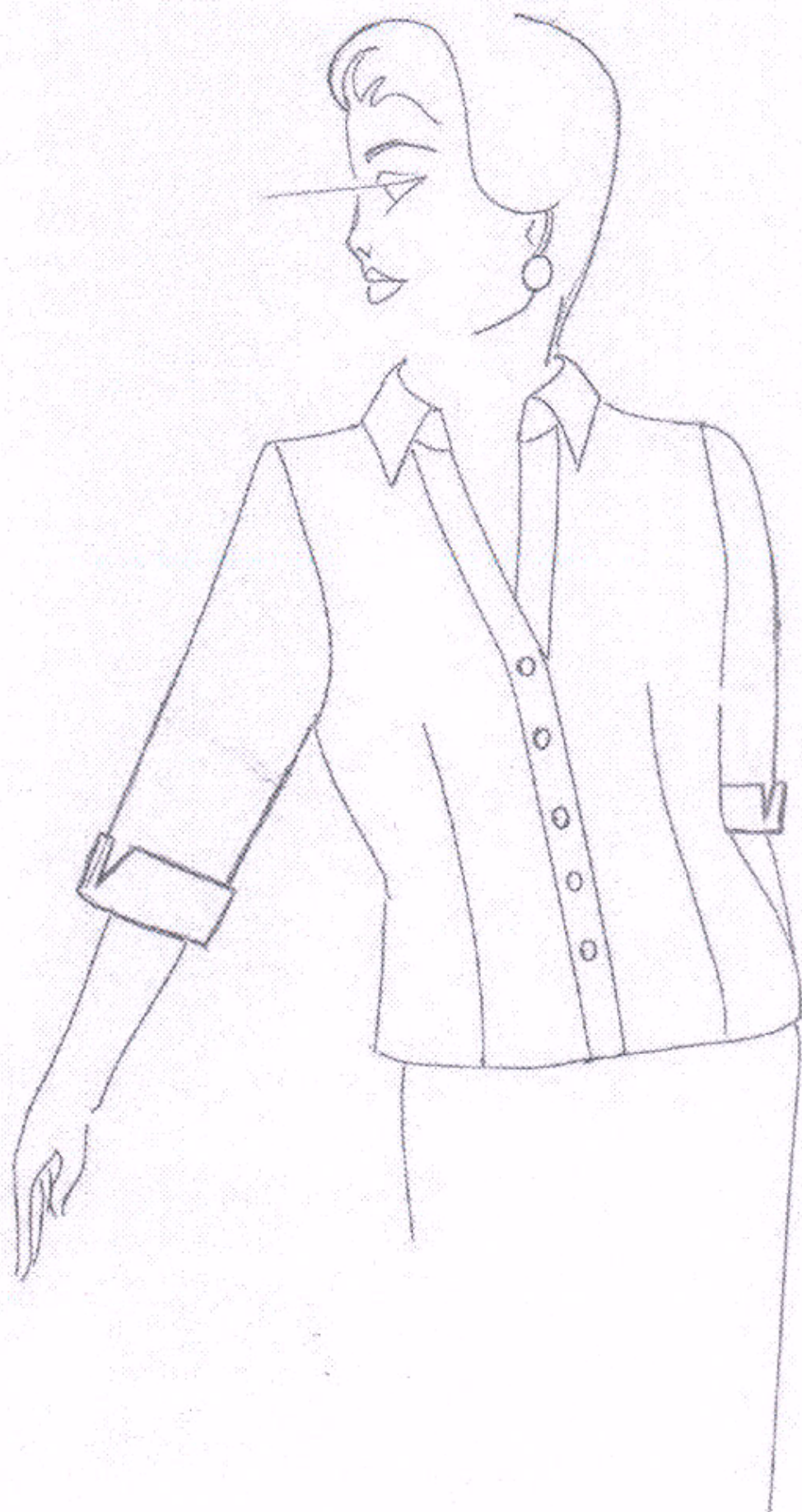
Curitiba, _____ de _____ de 2011.

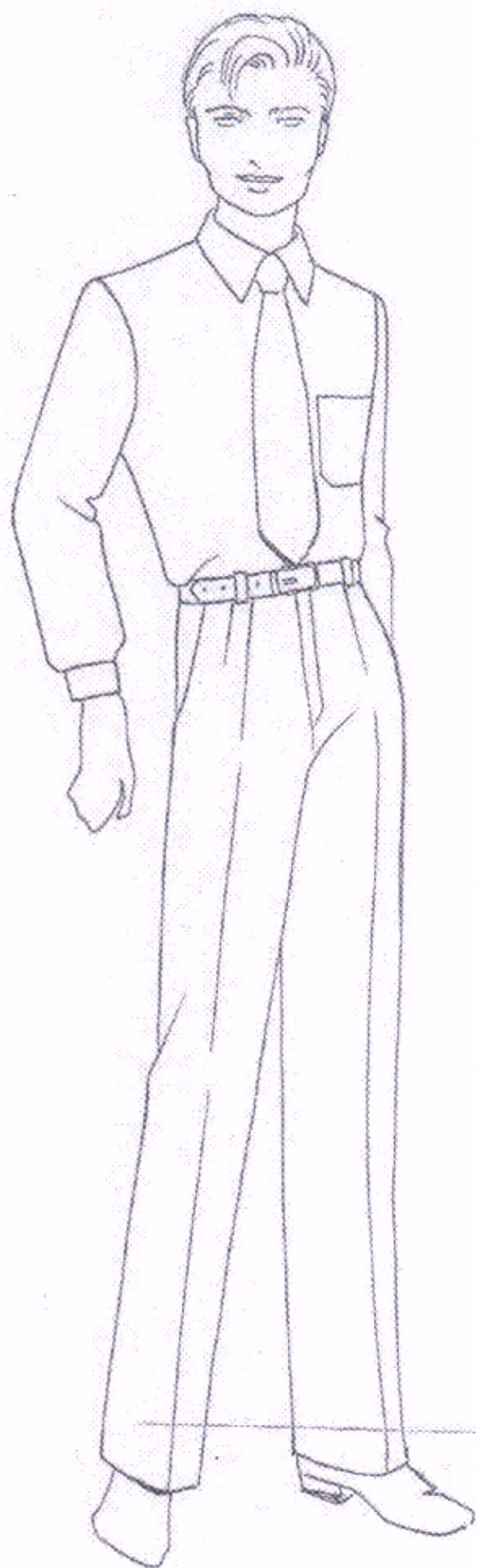
REPRESENTANTE LEGAL

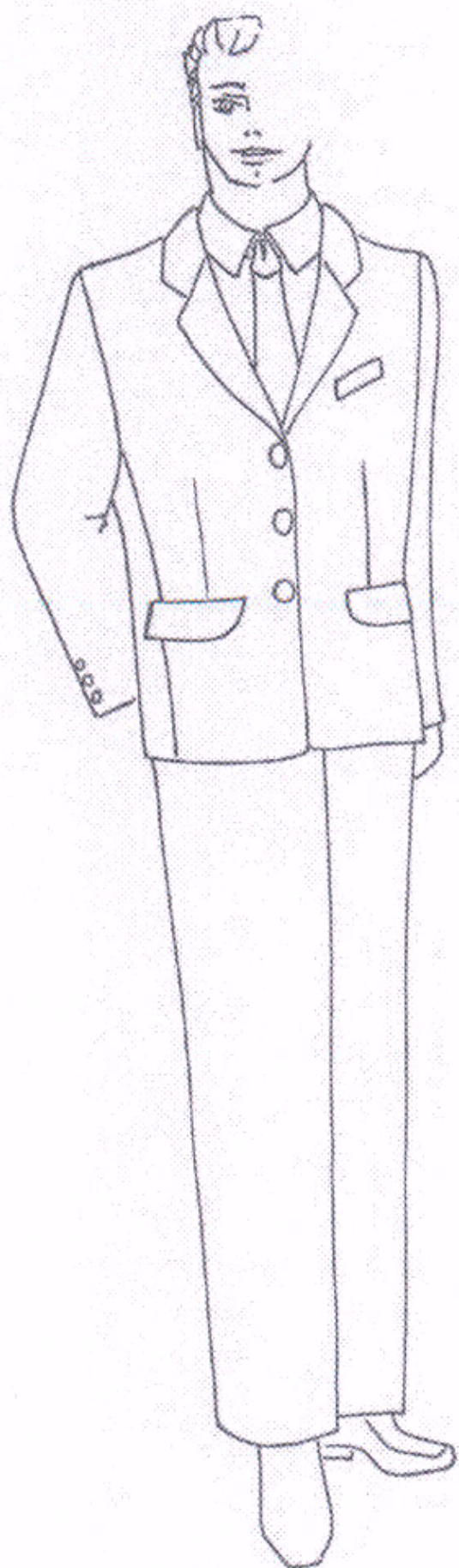


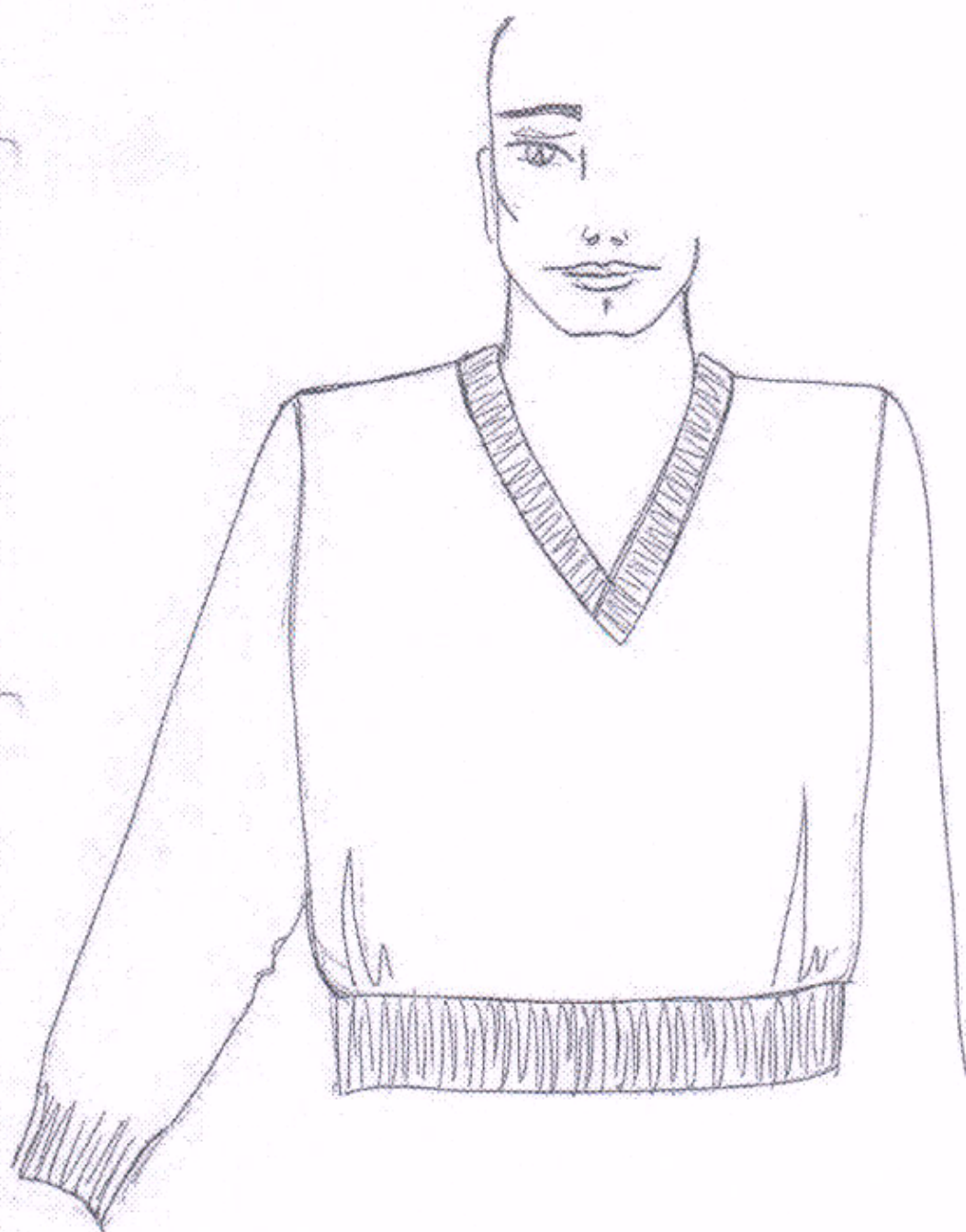
















Handwritten signature or mark.

